



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO**  
**DIREÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE**

**AVISO**

*Procedimento concursal comum de recrutamento para ocupação de um posto de trabalho para a carreira/categoria de Assistente Operacional em regime de contrato de trabalho em funções públicas, na modalidade de contrato de trabalho a termo resolutivo incerto*

1. Torna-se público que, por despacho de vinte e dois de julho de 2020 do Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores e de despacho de dezanove de agosto de 2020 do Diretor Regional do Ambiente, se procede à abertura de um procedimento concursal comum, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da inserção do presente Aviso na Bolsa de Emprego Público dos Açores, para ocupação de um posto de trabalho para a carreira/categoria de Assistente Operacional, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo incerto, ficando afeto ao Serviço de Ambiente do Faial, Direção Regional do Ambiente, Quadro Regional da Ilha do Faial.
2. O presente procedimento concursal foi aprovado nos termos do Despacho n.º 441/2019, de 02 de abril, no âmbito do Projeto LIFE VIDALIA (LIFE17 NAT/PT/000510).
3. Este procedimento rege-se pelo disposto nos seguintes diplomas: Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (LTFP), na sua redação atual; Decreto Legislativo Regional n.º 26/2008/A, de 24 de julho, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 12/2018/A, de 22 de outubro; Decreto Legislativo Regional n.º 49/2006/A, de 11 de dezembro, na sua redação atual; Decreto Regulamentar n.º 14/2008, de 31 de julho; Decreto Legislativo Regional n.º 17/2009/A de 14 de outubro na sua redação atual; Decreto Legislativo Regional n.º 50/2006/A, de 12 de dezembro e Resolução do Conselho do Governo n.º 178/2009, de 24 de novembro, retificada e republicada pela Declaração n.º 14/2009, de 02 de dezembro.
4. A modalidade de relação jurídica de emprego público a constituir é o contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo incerto.
5. Titularidade de nível habilitacional exigido: Escolaridade mínima obrigatória.
6. Local de Trabalho — integrar as equipas operativas do Serviço de Ambiente do Faial e Jardim Botânico do Faial, Direção Regional do Ambiente da Secretaria Regional da Energia, Ambiente e Turismo, Casa dos Dabney – Monte da Guia, 9900-124 Horta e Rua de S. Lourenço, nº 23, Flamengos, 9900 - 401 Horta.
7. Âmbito do recrutamento: Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 30.º do Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, o recrutamento efetua-se de entre trabalhadores com e sem vínculo de emprego público.
8. Caracterização do Posto de Trabalho: para além das funções inerentes à categoria de Assistente Operacional, previstas no Anexo a que se refere o n.º 2 do artigo 88.º do Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, o presente posto de trabalho caracteriza-se pelo desempenho de funções no âmbito do Projeto LIFE VIDALIA (LIFE17 NAT/PT/000510), nomeadamente: C.1 – propagação das espécies-alvo; C.2 – conservação de populações naturais de Azorina vidalii e Lotus azoricus; C.3 – medidas complementares de restauro de habitats para sustentar populações naturais de Azorina vidalii e Lotus azoricus; C.4 – trabalhos complementares de conservação para o controlo/erradicação de espécies exóticas invasoras nas áreas de ocorrência das espécies e áreas tampão.
9. Requisitos de Admissão:
  - 9.1. Ser detentor dos requisitos previstos no artigo 17.º do anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, nomeadamente:
    - a) Ter nacionalidade portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;
    - b) Ter 18 anos de idade completos;
    - c) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções que se propõe desempenhar;
    - d) Possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções;
    - e) Ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO**  
**DIREÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE**

10. Os candidatos devem reunir os requisitos referidos no número anterior até à data limite de apresentação da candidatura;
11. Não é possível substituir as habilitações exigidas por formação ou experiência profissional;
12. Nos termos da alínea I) do n.º 2 do artigo 19º da Resolução do Conselho do Governo nº 178/2009, de 24 de novembro, não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira, sejam titulares da categoria e ocupem postos de trabalho afetos ao órgão ou serviço idênticos aos postos de trabalho para cuja ocupação se publica o presente procedimento.
13. Forma de apresentação da candidatura — A apresentação da candidatura é efetuada em suporte de papel através do preenchimento obrigatório do modelo de formulário tipo, aprovado pelo Despacho n.º 283/2019, de 11 de março que se encontra disponível na página eletrónica da Bolsa de Emprego Público dos Açores (BEPA), em <https://bep.azores.gov.pt/Paginas/Formularios> ou fornecidos pela Direção Regional do Ambiente, por solicitação do candidato ao presidente do Júri.
14. Prazo de apresentação — O prazo das candidaturas ao presente procedimento é de 10 dias úteis a contar da data da publicação na BEP-Açores do presente Aviso.
15. Local de apresentação da candidatura - A candidatura pode ser entregue pessoalmente, durante as horas normais de funcionamento no Serviço de Ambiente do Faial, na ilha do Faial ou nas instalações da Direção Regional do Ambiente, na Horta ou remetida por carta registada, com aviso de receção, para Rua Cônsul Dabney – Colónia Alemã, 9900-014 Horta, endereçada ao Presidente do Júri, situação em que a sua expedição deve ocorrer até ao termo do prazo fixado para entrega das candidaturas, sob pena das mesmas não serem consideradas.
16. O formulário, devidamente datado e assinado, deve ser acompanhado dos seguintes documentos:
  - 16.1. Fotocópia do certificado de habilitações ou documento idóneo, legalmente reconhecido para o efeito.  
**Os candidatos que possuem a escolaridade mínima obrigatória devem apresentar, ainda, declaração do Estabelecimento de Ensino que comprove a titularidade da escolaridade mínima obrigatória ou o Certificado de Cumprimento da Escolaridade Obrigatória sem aproveitamento;**
  - 16.2. Fotocópia dos documentos comprovativos da formação profissional que possui;
  - 16.3. Indicação do número do bilhete de identidade/cartão de cidadão e data de validade;
  - 16.4. Indicação do número de identificação fiscal (NIF);
  - 16.5. Declaração atualizada (com data reportada ao prazo estabelecido para apresentação das candidaturas), emitida pelo serviço de origem a que o candidato pertence, da qual conste a identificação da relação jurídica de emprego público previamente estabelecida, bem como da carreira e categoria de que seja titular e da atividade que executa ou as funções que exerce, bem como a avaliação de desempenho dos dois últimos biénios, em que cumpriu ou executou atribuição, competência ou atividade idênticas às do posto de trabalho a ocupar, ou na sua ausência, o motivo que justificou tal facto, por referência ao previsto nas alíneas c) e d) do n.º 2 do artigo 11.º da Resolução do Conselho do Governo nº 178/2009, de 24 de novembro, quando aplicável;
  - 16.6. Currículo profissional atualizado, detalhado, datado e assinado, do qual devem constar designadamente as habilitações literárias, com a respetiva classificação e formação profissional obtida, bem como as funções que exerce e que exerceu anteriormente, com indicação dos correspondentes períodos e das atividades relevantes para o posto a que se candidata, podendo complementar com outros documentos ou referências complementares que os candidatos considerem necessários e adequados para a demonstração da sua competência técnica e aptidão para o exercício das funções a desempenhar.
- 16.7. Para efeitos do disposto no n.º 4 do artigo 28.º da Resolução do Conselho do Governo n.º 178/2009, de 24 de novembro, a candidatura deve ser igualmente acompanhada de todos os documentos comprovativos dos atos mencionados no currículo, salientando-se que não serão solicitados pelo júri outros documentos que atestem atos relevantes para a apreciação do mérito e que estejam deficientemente comprovados, pelo que **os factos que não sejam devidamente comprovados**



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO**  
**DIREÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE**

**aquando a apresentação da candidatura, não serão considerados para efeitos de avaliação curricular.**

- 16.8. Todos os documentos apresentados devem estar redigidos em língua portuguesa, nos termos do artigo 54.º do Código do Procedimento Administrativo, sob pena de não serem considerados para efeitos de candidatura, aceitando-se, porém, que sejam apresentados em língua estrangeira quando a própria natureza ou origem assim o exigir, desde que acompanhados de tradução devidamente legalizada, sendo que a tradução prevalece para todos os efeitos sobre os originais em língua estrangeira.
- 16.9. Nos termos do previsto no n.º 7 do artigo 28.º da Resolução do Conselho do Governo n.º 178/2009, de 24 de novembro, no caso dos trabalhadores em exercício de funções na Direção Regional do Ambiente, não é exigida a apresentação dos documentos comprovativos dos factos indicados no currículo, desde que expressamente refiram no formulário de candidatura que os mesmos se encontram arquivados no processo individual.
17. Métodos de seleção e critérios gerais – Os métodos de seleção obrigatórios a utilizar ao abrigo do n.º 8 do artigo 6.º do Decreto Legislativo Regional n.º 26/2008/A, de 24 de julho, na redação dada pelo Decreto Legislativo Regional n.º 12/2019/A, de 22 de outubro, são os seguintes:
- 17.1 Prova de Conhecimentos (PC) e Avaliação curricular (AC), ambos valorados de 0 a 20 valores e com as seguintes ponderações:
- Prova de Conhecimentos (PC) – ponderação de 70% e Avaliação curricular (AC) – ponderação de 30%.
- A valoração final (VF) expressa-se numa escala de 0 a 20 valores e resulta da seguinte fórmula:
- $$VF = 0,70 \times PC + 0,30 \times AC.$$
- 17.2 A Prova de Conhecimentos (PC) visa avaliar os conhecimentos académicos e, ou profissionais e as competências técnicas dos candidatos necessárias ao exercício de determinada função.
- 17.2.1. A prova de conhecimentos terá a forma oral, revestindo natureza prática, com a duração máxima de 60 minutos e consistirá na realização de tarefas diversas, nomeadamente:
- a) Identificação de vegetação nativa e invasora:
    - identificação de espécies da vegetação endémica e invasora dos Açores;
  - b) Propagação e cultivo de vegetação dos Açores em viveiro:
    - conhecimento e demonstração prática das técnicas de propagação em viveiro;
    - conhecimento e demonstração prática de técnicas de horticultura: preparação de terreno para plantações e sementeiras;
    - conhecimento e demonstração prática de técnicas de plantação;
    - utilização de equipamento manual de corte;
    - utilização de equipamento manual de pulverização.
- 17.3. A Avaliação curricular (AC) visa analisar a qualificação dos candidatos, designadamente a habilitação académica, percurso profissional, relevância da experiência adquirida e da formação realizada, tipo de funções exercidas e avaliação de desempenho obtida nos dois últimos biénios.
- Na AC são considerados e ponderados, numa escala de 0 a 20 valores, com valoração até às centésimas, através da média aritmética simples as classificações dos seguintes elementos:
- Habilitação académica (HA); Formação profissional (FP), considerando-se apenas as áreas de formação e aperfeiçoamento profissional relacionadas com as exigências e competências necessárias ao exercício da função; Experiência profissional (EP) com incidência sobre a execução de atividades inerentes ao posto de trabalho e o grau de complexidade das mesmas e Avaliação de Desempenho (AD) relativa aos dois últimos biénios, em que o candidato cumpriu ou executou atribuição, competência ou atividade idênticas às do posto de trabalho a ocupar, de acordo com a seguinte fórmula:



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO**  
**DIREÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE**

$$AC = \frac{HA + FP + EP + AD}{4}$$

4

- 17.3.1. Os resultados obtidos nos métodos de seleção obrigatórios são publicitados através de lista ordenada alfabeticamente, afixada em local visível ao público nas instalações do Serviço de Ambiente do Faial, Direção Regional do Ambiente, na ilha do Faial, cfr. n.º 1 do artigo 33.º da Resolução do Conselho do Governo n.º 178/2009, de 24 de novembro, republicada na Declaração de Retificação n.º 14/2009, de 2 de dezembro.
18. Nos termos dos n.ºs 11 e 12 do artigo 18.º da Resolução do Conselho do Governo n.º 178/2009, de 24 de novembro, cada uma dos métodos de seleção é eliminatório, considerando-se, ainda, excluído todo o candidato que tenha obtido uma valoração inferior a 9,5 valores em cada um dos métodos de seleção e na classificação final.
19. Serão excluídos do procedimento os candidatos que não compareçam ao método de seleção Prova de Conhecimentos (PC), bem como os que tenham obtido uma valoração inferior a 9,5 valores, não lhe sendo aplicado o método seguinte.
20. Em situação de igualdade de valoração, têm preferência na ordenação final os candidatos que se encontrem nas situações previstas no artigo 35.º da Resolução do Conselho do Governo n.º 178/2009, de 24 de novembro.
21. Composição do júri:
 

Presidente: Teresa Maria Escobar da Silva, Diretora de Serviços da Direção de Serviços de Planeamento e Gestão de Meios da Direção Regional do Ambiente, Secretaria Regional da Energia, Ambiente e Turismo;

1.º Vogal efetivo: Cátia Faria Freitas, Gestora Adjunta do Projeto LIFE VIDALIA (LIFE17 NAT/PT/000510), que substitui o presidente nas suas faltas e impedimentos;

2.º Vogal efetivo: Pedro Gonçalo Piloto Casimiro, Gestor do Projeto LIFE VIDALIA (LIFE17 NAT/PT/000510);

1.º Vogal suplente: João Manuel Baptista Melo, Diretor do Serviço de Ambiente do Faial, Direção Regional do Ambiente, Secretaria Regional da Energia, Ambiente e Turismo;

2.º Vogal suplente: Lígia Maria Bettencourt Garcia, Técnica Superior da Direção de Serviços de Planeamento e Gestão de Meios, Direção Regional do Ambiente, Secretaria Regional da Energia, Ambiente e Turismo.
22. As Atas do júri onde constam os parâmetros de avaliação e respetiva ponderação de cada um dos métodos de seleção a utilizar, a grelha classificativa e os sistemas de valoração final de cada método, serão facultadas aos candidatos sempre que solicitadas por escrito.
23. Não são aceites candidaturas enviadas por correio eletrónico.
24. Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato a apresentação de documentos comprovativos das declarações que efetuou sob compromisso de honra e das informações que considere relevantes para o procedimento.
25. As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei.
26. De acordo com o preceituado no n.º 1 do artigo 30.º da Resolução do Conselho do Governo n.º 178/2009, de 24 de novembro, os candidatos excluídos serão notificados pela forma prevista na alínea d) do n.º 3 do artigo 30.º da referida Resolução, Aviso publicitado na BEP-Açores, para a realização da audiência dos interessados, nos termos do Código do Procedimento Administrativo.
27. Os candidatos admitidos serão convocados, através de notificação, do dia, hora e local para a realização dos métodos de seleção, nos termos previstos no artigo 32.º, pela forma prevista na alínea d) do n.º 3 do artigo 30.º da Resolução acima mencionada, por Aviso publicitado na BEP-Açores.



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO**  
**DIREÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE**

28. A lista unitária da ordenação final dos candidatos, após audiência dos interessados e homologação, será publicitada na BEP-Açores e afixada nas instalações do Serviço de Ambiente do Faial, na ilha do Faial, conforme n.º 6 do artigo 36.º da Resolução do Conselho do Governo nº 178/2009, de 24 de novembro.
29. Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.
30. Nos termos do artigo 2.º do Decreto Legislativo Regional n.º 4/2002, de 1 de março, os candidatos com deficiência têm preferência sempre que se verifique igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal.
31. Tendo em conta o preceituado no artigo 38.º do Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, o posicionamento dos trabalhadores recrutados, numa das posições remuneratórias da categoria correspondente ao posto de trabalho a concurso, será objeto de negociação, imediatamente após o termo do procedimento concursal.
32. Os trabalhadores com vínculo de emprego público por tempo indeterminado não gozam de qualquer prioridade ou preferência no recrutamento, concorrendo em igualdade de condições com os trabalhadores titulares de vínculo de emprego público a termo ou sem vínculo de emprego público que sejam opositores ao concurso.
33. O procedimento concursal é válido para o recrutamento do posto de trabalho a ocupar.
34. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 19.º Resolução do Conselho do Governo nº 178/2009, de 24 de novembro, o presente Aviso será publicitado na Bolsa de Emprego Público dos Açores (BEP - Açores) (<http://bepa.azores.gov.pt>).

Horta, 28 de agosto de 2020, A Presidente do júri, *Teresa Maria Escobar da Silva*.